

**EVOLUÇÃO DO PERFIL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS ENTRE 2015 E 2023**

François E. J. de Bremaeker

Maricá, abril de 2026

EVOLUÇÃO DO PERFIL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ENTRE 2015 E 2023

François E. J. de Bremaeker

Economista e Geógrafo

Gestor do Observatório de Informações Municipais

Membro do Núcleo de Estudos Urbanos da Associação Comercial de São Paulo

Presidente do Conselho Municipal do Ambiente de Paraíba do Sul (RJ) de 2012 a 2019

(bremaeker@gmail.com)

Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através das Pesquisas de Informações Básicas Municipais, conhecidas como MUNICs, referentes a levantamentos de dados sobre os servidores municipais para os anos de 2015 e 2023, é possível avaliar a evolução destes dados no período em referência.

Neste período de 8 anos o crescimento do número de servidores municipais aumentou 13,25%, o correspondente a 843.484 postos. Eram 6.365.861 em 2015 e 7.209.345 servidores em 2023.

Quanto à evolução do perfil dos servidores verifica-se que houve um aumento de 536.319 servidores sem vínculo; um aumento de 164.424 comissionados; um aumento de 85.074 estatutários; um aumento de 81.169 estagiários; e, um decréscimo de 9.676 celetistas.

Esta adequação às demandas no atendimento à população, associadas à adequação aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto ao quesito “limite das despesas com pessoal”, levaram a perda da condição de mínima garantia de estabilidade (estatutário e celetista), com um consequente aumento da instabilidade (sem vínculo, comissionados e estagiários) da ordem de 14,72%.

O impacto do crescimento do número de servidores nas finanças municipais mostrou que a participação das despesas com pessoal e encargos e serviços de terceiros (pessoas física e jurídica) registrou um aumento de 2,936%, tendo se elevado de 71,791% em 2015 para 74,727% em 2023. Os gastos com pessoal e encargos, submetidos aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, se elevaram, em relação às despesas totais, em 3,022%, passando de 45,813% em 2015 para 48,835% em 2023.

A SITUAÇÃO PELAS REGIÕES

Na região **Norte** o número de servidores municipais cresceu 25,87%, o maior crescimento no período, situando-se 12,62 pontos percentuais acima da média nacional. O quantitativo de servidores era de 602.364 em 2015 e passou a 758.218 em 2023.

Em termos financeiros, a participação dos gastos em pessoal e serviços de terceiros apresentou uma elevação de 0,236 ponto percentual, ou seja, 2,700 pontos percentuais abaixo da média nacional. A elevação destes gastos foi de 80,633% das despesas totais em 2015 para 80,870% em 2023.

A participação dos gastos com pessoal e encargos era de 51,939% em 2015 e diminuiu para 50,463% em 2023, uma redução de 1,476 ponto percentual. A participação dos gastos com serviços de terceiros era de 28,695% em 2015 e se elevou a 30,406% em 2023, representando um aumento de 1,712 ponto percentual no período.

Na região **Nordeste** o número de servidores municipais cresceu 19,06%, o segundo maior crescimento no período, situando-se 5,81 pontos percentuais acima da média nacional. O quantitativo de servidores era de 2.012.337 em 2015 e passou a 2.395.841 em 2023.

Em termos financeiros, a participação dos gastos em pessoal e serviços de terceiros apresentou uma elevação de 1,406 ponto percentual, ou seja, 1,530 pontos percentuais abaixo da média nacional. A elevação destes gastos foi de 81,697% das despesas totais em 2015 para 83,103% em 2023.

A participação dos gastos com pessoal e encargos era de 53,698% em 2015 e diminuiu para 52,954% em 2023, uma redução de 0,745 ponto percentual. A participação dos gastos com serviços de terceiros era de 27,999% em 2015 e se elevou a 30,149% em 2023, representando um aumento de 2,150 ponto percentual no período.

Na região **Sudeste** o número de servidores municipais cresceu 6,63%, o menor crescimento no período, situando-se 6,62 pontos percentuais abaixo da média nacional. O quantitativo de servidores era de 2.411.705 em 2015 e passou a 2.571.716 em 2023.

Em termos financeiros, entretanto, a participação dos gastos em pessoal e serviços de terceiros apresentou uma elevação de 4,723 pontos percentuais, ou seja, 1,787 ponto percentual abaixo da média nacional. A elevação destes gastos foi de 65,758% das despesas totais em 2015 para 70,481% em 2023.

A participação dos gastos com pessoal e encargos era de 39,920% em 2015 e cresceu para 45,537% em 2023, uma elevação de 2,594 pontos percentuais. A participação dos gastos com serviços de terceiros era de 25,838% em 2015 e caiu para 24,945% em 2023, representando uma redução de 0,893 ponto percentual no período.

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Na região **Sul** o número de servidores municipais cresceu 7,38%, o segundo menor crescimento no período, situando-se 5,87 pontos percentuais abaixo da média nacional. O quantitativo de servidores era de 907.497 em 2015 e passou a 974.492 em 2023.

Em termos financeiros, entretanto, a participação dos gastos em pessoal e serviços de terceiros apresentou uma elevação de 0,706 ponto percentual, ou seja, 2,230 pontos percentuais abaixo da média nacional. A elevação destes gastos foi de 72,720% das despesas totais em 2015 para 73,426% em 2023.

A participação dos gastos com pessoal e encargos era de 49,530% em 2015 e subiu para 51,391% em 2023, uma elevação de 1,861 ponto percentual. A participação dos gastos com serviços de terceiros era de 23,190% em 2015 e caiu para 22,035% em 2023, representando uma redução de 1,154 ponto percentual no período.

Na região **Centro-oeste** o número de servidores municipais cresceu 17,85%, o terceiro maior crescimento no período, situando-se 4,60 pontos percentuais acima da média nacional. O quantitativo de servidores era de 431.958 em 2015 e passou a 509.078 em 2023.

Em termos financeiros, entretanto, a participação dos gastos em pessoal e serviços de terceiros apresentou uma queda de 3,455 pontos percentuais, ou seja, 0,519 pontos percentuais abaixo da média nacional. A redução destes gastos foi de 76,812% das despesas totais em 2015 para 73,357% em 2023.

A participação dos gastos com pessoal e encargos era de 52,547% em 2015 e diminuiu para 50,625% em 2023, uma redução de 1,922 ponto percentual. A participação dos gastos com serviços de terceiros era de 24,265% em 2015 e caiu para 22,733% em 2023, representando uma redução de 1,532 ponto percentual no período.

A SITUAÇÃO NOS ESTADOS

A lógica nem sempre prevalece. Entre os Estados que apresentaram **maior** crescimento de servidores, os resultados são bem distintos entre eles.

Embora o conjunto dos Municípios do Estado do Maranhão tenha apresentado o maior crescimento no número de servidores municipais (55,272%) e, também, o maior crescimento na participação dos gastos (10,922%), o mesmo não aconteceu com os demais quatro Estados que registraram maiores aumentos no número de servidores no período.

No Estado do Amazonas o número de servidores cresceu 45,405%, mas a participação nos gastos totais com pessoal e serviços de terceiros foi 5,155% menor em 2023.

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

No Estado do Mato Grosso do Sul o número de servidores cresceu 34,531%, e a participação nos gastos totais com pessoal e serviços de terceiros foi 2,154% maior em 2023, mas um crescimento abaixo da média nacional.

No Estado do Amapá o número de servidores cresceu 34,460%, mas a participação nos gastos totais com pessoal e serviços de terceiros foi 2,219% menor em 2023.

No Estado do Tocantins o número de servidores cresceu 33,359%, mas a participação nos gastos totais com pessoal e serviços de terceiros foi 3,978% menor em 2023.

Entre os Estados que apresentaram **menor** crescimento de servidores, os resultados são também distintos entre eles.

No Estado do Rio de Janeiro o número de servidores diminuiu 1,776%, mas, em sentido contrário, a participação nos gastos totais com pessoal e serviços de terceiros foi 3,963% maior em 2023, superando a média nacional.

No Estado do Rio Grande do Norte o número de servidores cresceu apenas 2,034%, e a participação nos gastos totais com pessoal e serviços de terceiros foi 1,347% maior em 2023.

No Estado de São Paulo o número de servidores cresceu 3,815%, e a participação nos gastos totais com pessoal e serviços de terceiros foi 5,236% maior em 2023.

No Estado do Rio Grande do Sul o número de servidores cresceu 4,225%, e a participação nos gastos totais com pessoal e serviços de terceiros foi apenas 0,147% maior em 2023.

No Estado da Paraíba o número de servidores cresceu 5,262%, e a participação nos gastos totais com pessoal e serviços de terceiros foi 1,544% maior em 2023.

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

TABELA 1

**DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES MUNICIPAIS PELOS ESTADOS
NOS ANOS DE 2015 E 2023**

ESTADOS	TOTAL SERVIDORES 2015	TOTAL SERVIDORES 2023	CRESCIMENTO SERVIDORES (%)
Rondônia	54.309	57.673	6,194
Acre	24.807	31.995	28,976
Amazonas	118.072	171.683	45,405
Roraima	17.450	22.036	26,281
Pará	301.418	359.414	19,241
Amapá	20.528	27.602	34,460
Tocantins	65.700	87.617	33,359
Maranhão	256.065	397.598	55,272
Piauí	125.814	141.914	12,797
Ceará	321.587	366.990	14,118
Rio Grande do Norte	129.005	131.629	2,034
Paraíba	175.387	184.616	5,262
Pernambuco	281.752	332.913	18,158
Alagoas	132.029	167.339	26,744
Sergipe	75.548	89.018	17,830
Bahia	515.150	583.824	13,331
Minas Gerais	702.059	805.889	14,789
Espírito Santo	142.342	156.153	9,703
Rio de Janeiro	486.710	478.216	- 1,776
São Paulo	1.080.594	1.121.815	3,815
Paraná	353.134	376.238	6,543
Santa Catarina	227.659	257.748	13,217
Rio Grande do Sul	326.704	340.506	4,225
Mato Grosso do Sul	96.711	130.106	34,531
Mato Grosso	110.089	131.964	19,903
Goiás	225.158	246.996	9,699

FONTE: IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. MUNIC 2015 e 2023.
ORGANIZAÇÃO DOS DADOS: François E. J. de Bremaeker

A COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES

Em 2015 foram registrados para o conjunto de Municípios brasileiros 3.888.210 **servidores estatutários**, correspondendo a 61,16% do total. Em 2023 foram encontrados 3.973.284 estatutários, representando 55,12% do total. Houve um crescimento no número de servidores estatutários da ordem de 2,18%, entretanto, a participação destes no total de servidores apresentou uma redução de 6,04 pontos percentuais. É bom lembrar que o número total de servidores cresceu 13,40% no período.

O grupo que se coloca em segundo lugar em importância é dos **servidores sem vínculo**. Em 2015 foram computados 1.162.525 servidores, correspondendo a 18,29% do total. Em 2023 este número subiu para 1.698.844 servidores, representando 23,56% do total. O crescimento no período foi de 46,13%, apresentando uma elevação de 5,27 pontos percentuais.

Em terceiro plano se encontram os **servidores comissionados**. Em 2015 o levantamento do IBGE constatou a existência de 527.085 servidores, equivalente a 8,29% do total. Em 2023 este número cresceu para 691.509 servidores, representando 8,29% do total. Em 2023 este número cresceu. Foram encontrados 691.509 servidores, representando 9,59% do total. O crescimento no período foi de 1,30 ponto percentual.

Em quarto lugar aparecem os **servidores celetistas**. Em 2015 foram registrados 614.797 servidores, representando 9,67% do total. Em 2023 o levantamento mostrou que ocorreu uma redução no número de servidores celetistas. Foram computados 605.121 servidores, correspondendo a 8,39% do total. A redução no período foi de 1,28 ponto percentual.

Por fim aparece a categoria dos **servidores estagiários**. Em 2015 foram computados 159.418 servidores, o equivalente a 2,51% do total. Em 2023 o número deles cresceu para 240.587 servidores, correspondendo a 3,34% do total. O aumento no período foi de 0,83 ponto percentual

A EVOLUÇÃO REGIONAL DA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES

A distribuição dos servidores municipais segundo suas categorias apresentou características um pouco distintas na composição regional ao se verificar a evolução no período entre 2015 e 2023, os dois últimos levantamentos elaborados pelo IBGE por meio das Pesquisas de Informações Básicas Municipais.

Região Norte

Em 2015 foram registrados para o conjunto dos Municípios da região 597.355 servidores. Em 2023 este número foi de 758.218, representando um crescimento da ordem de 26,30%.

Em 2015 foram encontrados 354.038 **servidores estatutários**. Em 2023 este número passou para 384.808, representando um aumento de 8,69% no período. A participação desta categoria frente ao total de servidores registrou uma redução de 59,27% em 2013 para 50,75% em 2023.

O grupo que se coloca em segundo lugar em importância é dos **servidores sem vínculo**. Em 2015 foram computados 173.673 servidores. Em 2023 este número subiu para 264.132 servidores, correspondendo a um aumento de 52,09% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 29,07% em 2013 para 34,84% em 2023.

Em terceiro plano se encontram os **servidores comissionados**. Em 2015 foram computados 49.293 servidores. Em 2023 este número subiu para 73.040 servidores, correspondendo a um aumento de 48,18% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 8,25% em 2013 para 9,63% em 2023.

Em quarto lugar aparecem os **servidores celetistas**. Em 2015 foram computados 18.413 servidores. Em 2023 este número subiu para 29.817 servidores, correspondendo a um aumento de 61,93% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 3,08% em 2013 para 3,93% em 2023.

Por fim aparece a categoria dos **servidores estagiários**. Em 2015 foram computados 4.040 servidores. Em 2023 este número subiu para 6.421 servidores, correspondendo a um aumento de 58,94% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 0,68% em 2013 para 0,85% em 2023.

Região Nordeste

Em 2015 foram registrados para o conjunto dos Municípios da região 2.011.279 servidores. Em 2023 este número foi de 2.395.841, representando um crescimento da ordem de 19,12%.

Em 2015 foram encontrados 1.193.667 **servidores estatutários**. Em 2023 este número passou para 1.178.912, representando uma redução de 1,25% no período. A participação desta categoria frente ao total de servidores registrou uma queda de 59,35% em 2013 para 49,21% em 2023.

O grupo que se coloca em segundo lugar em importância é dos **servidores sem vínculo**. Em 2015 foram computados 502.983 servidores. Em 2023 este número subiu para 768.547 servidores, correspondendo a um aumento de 52,80% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 25,01% em 2013 para 32,08% em 2023.

Em terceiro plano se encontram os **servidores comissionados**. Em 2015 foram computados 207.627 servidores. Em 2023 este número subiu para 299.673 servidores, correspondendo a um aumento de 44,33% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 10,32% em 2013 para 12,51% em 2023.

Em quarto lugar aparecem os **servidores celetistas**. Em 2015 foram computados 86.215 servidores. Em 2023 este número subiu para 99.495 servidores, correspondendo a um aumento de 15,40% no período. A participação desta categoria registrou uma queda de 4,29% em 2013 para 4,15% em 2023.

Por fim aparece a categoria dos **servidores estagiários**. Em 2015 foram computados 20.751 servidores. Em 2023 este número subiu para 49.214 servidores, correspondendo a um aumento de 137,16% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 1,03% em 2013 para 2,05% em 2023.

Região Sudeste

Em 2015 foram registrados para o conjunto dos Municípios da região 2.411.705 servidores. Em 2023 este número foi de 2.571.716, representando um crescimento da ordem de 6,63%.

Em 2015 foram encontrados 1.431.383 **servidores estatutários**. Em 2023 este número passou para 1.464.952, representando um aumento de 2,35% no período. A participação desta categoria registrou uma redução em relação ao total de servidores de 59,35% em 2013 para 56,97% em 2023.

O grupo que se coloca em segundo lugar em importância é dos **servidores sem vínculo**. Em 2015 foram computados 336.010 servidores. Em 2023 este número subiu para 448.994 servidores, correspondendo a um aumento de 33,63% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 13,19% em 2013 para 17,46% em 2023.

Em terceiro lugar aparecem os **servidores celetistas**. Em 2015 foram computados 409.222 servidores. Em 2023 este número caiu para 378.599 servidores, correspondendo a uma redução de 8,09% no período. A participação desta categoria registrou uma queda de 16,97% em 2013 para 14,72% em 2023.

Em quarto plano se encontram os **servidores comissionados**. Em 2015 foram computados 156.840 servidores. Em 2023 este número subiu para 179.059 servidores, correspondendo a um aumento de 14,17% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 6,50% em 2013 para 6,96% em 2023.

Por fim aparece a categoria dos **servidores estagiários**. Em 2015 foram computados 70.416 servidores. Em 2023 este número aumentou para 100.112 servidores, correspondendo a um crescimento de 42,17% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 2,92% em 2013 para 3,89% em 2023.

Região Sul

Em 2015 foram registrados para o conjunto dos Municípios da região 905.978 servidores. Em 2023 este número foi de 974.492, representando um crescimento da ordem de 7,56%.

Em 2015 foram encontrados 620.238 **servidores estatutários**. Em 2023 este número passou para 644.255, representando um aumento de 3,87% no período. A participação desta categoria registrou uma redução frente ao total de servidores de 68,46% em 2013 para 66,11% em 2023.

O grupo que se coloca em segundo lugar em importância é dos **servidores sem vínculo**. Em 2015 foram computados 84.400 servidores. Em 2023 este número subiu para 112.856 servidores, correspondendo a um aumento de 33,72% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 9,32% em 2013 para 11,58% em 2023.

Em terceiro lugar aparecem os **servidores celetistas**. Em 2015 foram computados 88.569 servidores. Em 2023 este número caiu para 81.655 servidores, correspondendo a uma redução de 8,47% no período. A participação desta categoria registrou uma queda de 9,78% em 2013 para 8,38% em 2023.

Em quarto lugar aparece a categoria dos **servidores estagiários**. Em 2015 foram computados 55.800 servidores. Em 2023 este número subiu para 71.222 servidores, correspondendo a um aumento de 27,64% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 6,16% em 2013 para 7,31% em 2023.

Por fim aparece a categoria dos **servidores comissionados**. Em 2015 foram computados 57.243 servidores. Em 2023 este número subiu para 64.504 servidores, correspondendo a um aumento de 12,68% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 6,32% em 2013 para 6,62% em 2023.

Região Centro-oeste

Em 2015 foram registrados para o conjunto dos Municípios da região 431.214 servidores. Em 2023 este número foi de 509.078, representando um crescimento da ordem de 18,06%.

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Em 2015 foram encontrados 288.884 **servidores estatutários**. Em 2023 este número passou para 300.357, representando um aumento de 3,97% no período. A participação desta categoria registrou frente ao total de servidores uma redução de 66,99% em 2013 para 58,99% em 2023.

O grupo que se coloca em segundo lugar em importância é dos **servidores sem vínculo**. Em 2015 foram computados 65.459 servidores. Em 2023 este número subiu para 104.315 servidores, correspondendo a um aumento de 59,36% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 15,18% em 2013 para 20,49% em 2023.

Em terceiro plano se encontram os **servidores comissionados**. Em 2015 foram computados 56.082 servidores. Em 2023 este número subiu para 75.233 servidores, correspondendo a um aumento de 34,15% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 13,01% em 2013 para 14,78% em 2023.

Em quarto lugar aparecem os **servidores celetistas**. Em 2015 foram computados 12.378 servidores. Em 2023 este número subiu para 15.555 servidores, correspondendo a um aumento de 25,67% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 2,87% em 2013 para 3,06% em 2023.

Por fim aparece a categoria dos **servidores estagiários**. Em 2015 foram computados 8.411 servidores. Em 2023 este número subiu para 13.618 servidores, correspondendo a um aumento de 61,91% no período. A participação desta categoria registrou um aumento de 1,95% em 2013 para 2,68% em 2023.

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES MUNICIPAIS PELOS ESTADOS
EM 2015

ESTADOS	ESTATUTÁ- RIOS	SEM VÍNCULO	COMISSIO- NADOS	CELETISTAS	ESTAGIÁ- RIOS
Rondônia	43.355	1.060	5.991	3.623	360
Acre	10.168	5.590	1.773	4.942	327
Amazonas	61.769	39.739	9.939	4.722	1.803
Roraima	10.610	3.707	2.448	675	10
Pará	172.221	105.042	19.231	3.862	1.062
Amapá	13571	4.035	2.671	236	15
Tocantins	42.348	14.500	7.240	353	463
Maranhão	143.248	80.903	22.928	7.358	570
Piauí	73.684	24.631	14.875	11.647	977
Ceará	184.673	86.105	28.562	18.048	4.163
Rio Grande do Norte	80.841	25.426	16.184	4.167	2.387
Paraíba	103.916	46.634	20.404	4.168	265
Pernambuco	157.832	76.175	29.925	14.012	3.808
Alagoas	83.495	32.897	10.662	4.460	515
Sergipe	50.185	10.460	12.117	1.538	1.248
Bahia	315.793	119.752	51.970	20.817	6.818
Minas Gerais	418.410	182.820	40.778	45.473	14.578
Espírito Santo	76.930	39.235	12.044	8.368	5.765
Rio de Janeiro	305.237	67.891	46.914	54.327	4.119
São Paulo	630.806	46.064	57.104	301.054	45.954
Paraná	259.734	16.970	19.270	34.435	21.478
Santa Catarina	132.545	44.068	14.674	25.616	10.756
Rio Grande do Sul	227.959	23.362	23.299	28.518	23.566
Mato Grosso do Sul	65.989	18.979	7.782	580	3.381
Mato Grosso	71.158	25.164	8.996	2.933	1.838
Goiás	151.737	21.316	39.304	8.865	3.192

FONTE: IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. MUNIC 2015.
ORGANIZAÇÃO DOS DADOS: François E. J. de Bremaeker

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES MUNICIPAIS PELOS ESTADOS
EM 2023

ESTADOS	ESTATUTÁ- RIOS	SEM VÍNCULO	COMISSIO- NADOS	CELETISTAS	ESTAGIÁ- RIOS
Rondônia	41.809	2.743	8.435	3.873	813
Acre	16.126	9.103	3.290	3.110	366
Amazonas	64.618	80.348	18.594	6.282	1.841
Roraima	13.319	4.860	3.291	482	84
Pará	185.060	136.017	25.891	10.418	2.226
Amapá	15.819	7.150	4.269	351	13
Tocantins	48.057	23.911	9.270	5.301	1.078
Maranhão	175.939	143.841	44.348	28.085	5.385
Piauí	79.741	33.189	21.735	3.855	3.394
Ceará	189.289	106.937	41.258	24.603	4.903
Rio Grande do Norte	72.707	28.230	20.580	4.421	5.691
Paraíba	93.963	61.619	27.023	1.265	746
Pernambuco	148.469	126.815	41.153	2.600	13.876
Alagoas	75.191	60.531	22.910	7.807	900
Sergipe	41.854	27.272	16.361	929	2.602
Bahia	301.759	180.113	64.305	25.930	11.717
Minas Gerais	437.909	257.195	49.499	41.471	19.815
Espírito Santo	71.193	50.003	14.557	12.334	8.066
Rio de Janeiro	286.001	72.075	66.146	49.421	14.216
São Paulo	669.849	69.721	48.857	275.373	58.015
Paraná	266.379	16.457	21.365	41.490	30.547
Santa Catarina	146.297	58.856	16.833	19.898	15.864
Rio Grande do Sul	231.579	37.543	26.306	30.267	24.811
Mato Grosso do Sul	73.264	39.064	12.056	2.316	3.406
Mato Grosso	76.907	28.095	12.124	10.240	4.598
Goiás	150.186	37.156	51.053	2.999	5.614

FONTE: IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. MUNIC 2023.
ORGANIZAÇÃO DOS DADOS: François E. J. de Bremaeker

SEGURANÇA OU INSEGURANÇA DOS SERVIDORES

Estabelece-se, experimentalmente, um ranking de segurança ou insegurança a partir de um critério baseado no diferencial das participações dos servidores frente as suas categorias.

Em princípio podem ser considerados mais seguros quanto à manutenção do seu emprego os servidores estatutários. Eles são funcionários públicos ocupantes de cargos efetivos, aprovados em concurso e regidos por um estatuto próprio (lei específica), com garantia de estabilidade após três anos e regime previdenciário próprio.

Em seguida estariam aqueles regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, os chamados celetistas. Não possuem estabilidade no sentido estrito (após 3 anos) como estatutários, mas a demissão sem justa causa de empregados públicos precisa ser motivada e justificada. A adequação aos limites de gastos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser um motivo.

Os servidores sem vínculo são profissionais que ocupam cargos ou funções temporárias na administração pública, sem estabilidade ou vínculo efetivo (concurso), representando uma parcela crescente no setor público. Eles são temporários, ocupam cargos de livre nomeação e exoneração, ou são contratados por tempo determinado.

Os servidores comissionados são agentes públicos de livre nomeação e exoneração, ocupando cargos de direção, chefia ou sem necessidade de concurso público, baseados na confiança. Eles ocupam posições temporárias, não possuem estabilidade e podem ser exonerados a qualquer momento.

Os estagiários são estudantes de nível médio, técnico ou até mesmo superior que realizam atividades práticas supervisionadas, visando aprendizado profissional.

Na composição do índice que vai estabelecer o ranking, são:

- positivos os diferenciais das participações encontradas entre 2015 e 2023, para as categorias estatutários e celetistas. Quando o diferencial for negativo o valor é somado como negativo; e
- negativos para as categorias referentes aos servidores sem vínculo, comissionados e estagiários. Quando o diferencial for negativo o valor é somado como positivo.

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

O índice médio para o conjunto dos Municípios brasileiros acusou uma situação de insegurança da ordem de 14,72 pontos percentuais, resultantes de uma redução nas participações dos servidores estatutários (6,04 pontos percentuais) e celetistas (1,28 ponto percentual) e uma elevação das participações daqueles sem vínculo (5,27 pontos percentuais), comissionados (1,30 ponto percentual) e estagiários (0,83 ponto percentual).

O índice médio para os **Municípios da região Norte** acusou uma situação de insegurança da ordem de 14,99 pontos percentuais, ligeiramente superior à média nacional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (8,52 pontos percentuais), uma elevação na participação dos celetistas (0,85 ponto percentual) e uma elevação das participações daqueles sem vínculo (5,77 pontos percentuais), comissionados (1,38 ponto percentual) e estagiários (0,17 ponto percentual).

O índice médio para os **Municípios da região Nordeste** acusou uma situação de insegurança da ordem de 20,28 pontos percentuais, a mais elevada em relação à média nacional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (10,14 pontos percentuais), uma elevação na participação dos celetistas (0,14 ponto percentual) e uma elevação das participações daqueles sem vínculo (7,07 pontos percentuais), comissionados (2,19 pontos percentuais) e estagiários (1,02 ponto percentual).

O índice médio para os **Municípios da região Sudeste** acusou uma situação de insegurança da ordem de 5,83 pontos percentuais, a segunda menos elevada em relação à média nacional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (2,38 pontos percentuais), uma elevação na participação dos celetistas (2,25 pontos percentuais) e uma elevação das participações daqueles sem vínculo (4,27 pontos percentuais), comissionados (0,46 ponto percentual) e estagiários (0,97 ponto percentual).

O índice médio para os **Municípios da região Sul** acusou uma situação de insegurança da ordem de 4,66 pontos percentuais, a menos elevada em relação à média nacional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (2,35 pontos percentuais), uma elevação na participação dos celetistas (1,40 ponto percentual) e uma elevação das participações daqueles sem vínculo (2,26 pontos percentuais), comissionados (0,30 ponto percentual) e estagiários (0,73 ponto percentual).

O índice médio para os **Municípios da região Centro-este** acusou uma situação de insegurança da ordem de 16,00 pontos percentuais, pouco superior à média nacional, resultantes de uma redução nas participações dos servidores estatutários (8,00 pontos percentuais) e dos celetistas (0,19 ponto percentual) e uma elevação das participações daqueles sem vínculo (5,31 pontos percentuais), comissionados (1,77 ponto percentual) e estagiários (0,73 ponto percentual).

A situação pelos Estados

A situação de insegurança foi constatada em todos os Estados brasileiros, variando de 2,52 pontos percentuais a 40,81 pontos percentuais no período entre 2015 e 2023.

A apresentação dos índices de insegurança dos Estados será apresentada do menor para o maior índice.

O Estado com menor índice de insegurança, que reflete o resultado médio dos seus Municípios, é o do **Mato Grosso**: 2,52 pontos percentuais, índice em torno de 6 vezes melhor que o das médias nacional e regional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (6,36 pontos percentuais), e uma elevação das participações dos celetistas (5,10 pontos percentuais), uma redução daqueles sem vínculo (1,57 ponto percentual), e uma elevação dos comissionados (1,02 ponto percentual) e estagiários (1,81 ponto percentual).

O Estado com segundo menor índice de insegurança é o do **Paraná**: 3,58 pontos percentuais, índice em torno de 4 vezes melhor que o da média nacional e pouco abaixo do índice da média regional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (3,07 pontos percentuais), e uma elevação das participações dos celetistas (1,24 ponto percentual), uma redução daqueles sem vínculo (0,46 ponto percentual), e uma elevação dos comissionados (1,20 ponto percentual) e estagiários (2,01 pontos percentuais).

O Estado com terceiro menor índice de insegurança é o de **São Paulo**: 3,93 pontos percentuais, índice em torno de 4 vezes melhor que o da média nacional e 1,5 vez abaixo do índice da média regional, resultantes de uma elevação nas participações dos servidores estatutários (1,33 ponto percentual), dos celetistas (3,31 pontos percentuais), uma elevação daqueles sem vínculo (1,96 ponto percentual), uma redução dos comissionados (0,93 ponto percentual) e uma elevação dos estagiários (0,92 ponto percentual).

O Estado com quarto menor índice de insegurança é o de **Roraima**: 4,06 pontos percentuais, índice em torno de 3,6 vezes melhor que os das médias nacional e da média regional, resultantes de uma redução nas participações dos servidores estatutários (0,35 ponto percentual) e dos celetistas (1,68 ponto percentual), uma elevação daqueles sem vínculo (0,81 ponto percentual), dos comissionados (0,90 ponto percentual) e estagiários (0,32 ponto percentual).

O Estado com quinto menor índice de insegurança é o do **Pará**: 8,12 pontos percentuais, índice em torno de 1,8 vez melhor que os das médias nacional e da média regional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (5,68 pontos percentuais), uma elevação dos celetistas (1,62 ponto percentual), daqueles sem vínculo (2,97 pontos percentuais), dos comissionados (0,82 ponto percentual) e estagiários (0,27 ponto percentual).

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

O Estado com sexto menor índice de insegurança é o do **Rio Grande do Sul**: 9,12 pontos percentuais, índice em torno de 1,6 vez melhor que o da média nacional e 2 vezes pior que o da média regional, resultantes de uma redução nas participações dos servidores estatutários (1,78 ponto percentual) e dos celetistas (2,78 pontos percentuais), uma elevação daqueles sem vínculo (3,88 pontos percentuais), dos comissionados (0,60 ponto percentual) e estagiários (0,08 ponto percentual).

O Estado com sétimo menor índice de insegurança é o do **Ceará**: 9,53 pontos percentuais, índice em torno de 1,5 vez melhor que o da média nacional e 2 vezes melhor que o da média regional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (5,85 pontos percentuais), e de uma elevação dos celetistas (1,09 ponto percentual), daqueles sem vínculo (2,36 pontos percentuais), dos comissionados (2,36 pontos percentuais) e estagiários (0,05 ponto percentual).

O Estado com oitavo menor índice de insegurança é o do **Tocantins**: 9,79 pontos percentuais, índice em torno de 1,5 vez melhor que o das médias nacional e regional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (10,40 pontos percentuais) e de uma elevação dos celetistas (5,51 pontos percentuais) e daqueles sem vínculo (4,95 pontos percentuais), uma redução dos comissionados (0,57 ponto percentual) e uma elevação dos estagiários (0,52 ponto percentual).

O Estado com nono menor índice de insegurança é o de **Santa Catarina**: 9,96 pontos percentuais, índice em torno de 1,5 vez melhor que o da média nacional e 2,1 vezes pior que o da média regional, resultantes de uma redução nas participações dos servidores estatutários (1,45 ponto percentual) e dos celetistas (3,53 pontos percentuais) e daqueles sem vínculo (3,47 pontos percentuais), dos comissionados (0,08 ponto percentual) e dos estagiários (1,43 ponto percentual).

O Estado com décimo menor índice de insegurança é o do **Rio de Janeiro**: 11,91 pontos percentuais, índice em torno de 1,2 vez melhor que o da média nacional e 2,0 vezes pior que o da média regional, resultantes de uma redução nas participações dos servidores estatutários (4,08 pontos percentuais) e dos celetistas (1,03 ponto percentual) e uma elevação daqueles sem vínculo (0,82 ponto percentual), dos comissionados (3,92 pontos percentuais) e dos estagiários (2,06 pontos percentuais).

O Estado com décimo primeiro menor índice de insegurança é o do **Espírito Santo**: 12,85 pontos percentuais, índice em torno de 1,1 vez melhor que o da média nacional e 2,2 vezes pior que o da média regional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (8,46 pontos percentuais), de elevação na participação dos celetistas (2,02 pontos percentuais) e daqueles sem vínculo (4,46 pontos percentuais), dos comissionados (0,86 ponto percentual) e dos estagiários (1,12 ponto percentual).

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

O Estado com décimo segundo menor índice de insegurança é o de **Minas Gerais**: 3,17 pontos percentuais, índice em torno de 1,1 vez melhor que o da média nacional e 2,2 vezes pior que o da média regional, resultantes de uma redução nas participações dos servidores estatutários (5,26 pontos percentuais) e dos celetistas (1,33 ponto percentual) e uma elevação daqueles sem vínculo (5,87 pontos percentuais), dos comissionados (0,33 ponto percentual) e dos estagiários (0,38 ponto percentual).

O Estado com décimo terceiro menor índice de insegurança é o de **Rondônia**: 14,34 pontos percentuais, índice em próximo da média nacional e da média regional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (7,23 pontos percentuais), de elevação na participação dos celetistas (0,06 ponto percentual) e daqueles sem vínculo (2,81 pontos percentuais), dos comissionados (3,61 pontos percentuais) e dos estagiários (0,75 ponto percentual).

O Estado com décimo quarto menor índice de insegurança é o do **Rio Grande do Norte**: 14,59 pontos percentuais, índice em próximo da média nacional e da média regional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (7,43 pontos percentuais), de elevação na participação dos celetistas (0,13 ponto percentual) e daqueles sem vínculo (1,74 ponto percentual), dos comissionados (3,08 pontos percentuais) e dos estagiários (2,47 pontos percentuais).

O Estado com décimo quinto menor índice de insegurança é o do **Maranhão**: 15,48 pontos percentuais, índice em próximo da média nacional e 1,3 vez pior que o da média regional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (11,91 pontos percentuais), de elevação na participação dos celetistas (4,17 pontos percentuais) e daqueles sem vínculo (4,45 pontos percentuais), dos comissionados (2,16 pontos percentuais) e dos estagiários (1,13 ponto percentual).

O Estado com décimo sexto menor índice de insegurança é o do **Acre**: 15,87 pontos percentuais, índice em próximo da média nacional e da média regional, resultantes de uma elevação na participação dos servidores estatutários (0,94 ponto percentual), de redução na participação dos celetistas (14,28 pontos percentuais) e daqueles sem vínculo (1,31 ponto percentual), dos comissionados (1,67 ponto percentual) e uma elevação da participação dos estagiários (0,45 ponto percentual).

O Estado com décimo sétimo menor índice de insegurança é o do **Amapá**: 17,36 pontos percentuais, índice 1,2 vez pior que o da média nacional e da média regional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (8,80 pontos percentuais), de elevação na participação dos celetistas (0,12 ponto percentual) e daqueles sem vínculo (6,24 pontos percentuais), dos comissionados (2,46 pontos percentuais) e redução na participação dos estagiários (0,02 ponto percentual).

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

O Estado com décimo oitavo menor índice de insegurança é o do **Piauí**: 17,75 pontos percentuais, índice em torno de 1,2 vez pior que o da média nacional e 1,1 vez pior que o da média regional, resultantes de uma redução nas participações dos servidores estatutários (2,39 pontos percentuais) e dos celetistas (6,54 pontos percentuais) e uma elevação daqueles sem vínculo (3,71 pontos percentuais), dos comissionados (3,50 pontos percentuais) e dos estagiários (1,61 ponto percentual).

O Estado com décimo nono menor índice de insegurança é o da **Bahia**: 18,42 pontos percentuais, índice em torno de 1,2 vez pior que o da média nacional e 1,1 vez pior que o da média regional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (9,61 pontos percentuais), de elevação na participação dos celetistas (0,40 ponto percentual) e daqueles sem vínculo (7,60 pontos percentuais), dos comissionados (0,92 ponto percentual) e dos estagiários (0,69 ponto percentual).

O Estado com vigésimo índice de insegurança é o de **Goiás**: 19,09 pontos percentuais, índice em torno de 1,3 vez pior que o da média nacional e 1,2 vez pior que o da média regional, resultantes de uma redução nas participações dos servidores estatutários (6,80 pontos percentuais) e dos celetistas (2,74 pontos percentuais) e uma elevação daqueles sem vínculo (5,54 pontos percentuais), dos comissionados (3,16 pontos percentuais) e dos estagiários (0,85 ponto percentual).

O Estado com vigésimo primeiro índice de insegurança é o da **Paraíba**: 20,08 pontos percentuais, índice em torno de 1,3 vez pior que o da média nacional e semelhante ao da média regional, resultantes de uma redução nas participações dos servidores estatutários (8,35 pontos percentuais) e dos celetistas (1,69 ponto percentual) e uma elevação daqueles sem vínculo (6,78 pontos percentuais), dos comissionados (3,01 pontos percentuais) e dos estagiários (0,25 ponto percentual).

O Estado com vigésimo segundo índice de insegurança é o do **Mato Grosso do Sul**: 25,60 pontos percentuais, índice em torno de 1,7 vez pior que o da média nacional e 1,6 vez pior que o da média regional, resultantes de uma redução nas participações dos servidores estatutários (11,92 pontos percentuais) e dos celetistas (1,18 ponto percentual) e uma elevação daqueles sem vínculo (10,40 pontos percentuais), dos comissionados (1,22 ponto percentual) e dos estagiários (0,88 ponto percentual).

O Estado com vigésimo terceiro índice de insegurança é o do **Amazonas**: 27,16 pontos percentuais, índice em torno de 1,9 vez pior que o da média nacional e da média regional, resultantes de uma redução nas participações dos servidores estatutários (11,73 pontos percentuais) e dos celetistas (0,34 ponto percentual) e uma elevação daqueles sem vínculo (13,14 pontos percentuais), dos comissionados (2,41 pontos percentuais) e uma elevação dos estagiários (0,46 ponto percentual).

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

O Estado com vigésimo quarto índice de insegurança é o de **Pernambuco**: 31,22 pontos percentuais, índice em torno de 2,1 vezes pior que o da média nacional e 1,5 vez pior que o da média regional, resultantes de uma redução nas participações dos servidores estatutários (11,42 pontos percentuais) e dos celetistas (4,19 pontos percentuais) e uma elevação daqueles sem vínculo (11,05 pontos percentuais), dos comissionados (1,74 ponto percentual) e dos estagiários (2,82 pontos percentuais).

O Estado com vigésimo quinto menor índice de insegurança é o de **Alagoas**: 34,03 pontos percentuais, índice em torno de 2,3 vezes pior que o da média nacional e 1,6 vez pior que o da média regional, resultantes de uma redução na participação dos servidores estatutários (18,31 pontos percentuais), de elevação na participação dos celetistas (1,29 ponto percentual) e daqueles sem vínculo (11,25 pontos percentuais), dos comissionados (5,61 pontos percentuais) e dos estagiários (0,15 ponto percentual).

Finalmente, o Estado com vigésimo sexto índice de insegurança, o mais elevado de todos, é o de **Sergipe**: 40,81 pontos percentuais, índice em torno de 2,8 vezes pior que o da média nacional e 2,0 vezes pior que o da média regional, resultantes de uma redução nas participações dos servidores estatutários (19,41 pontos percentuais) e dos celetistas (1,00 ponto percentual) e uma elevação daqueles sem vínculo (16,19 pontos percentuais), dos comissionados (2,34 pontos percentuais) e dos estagiários (1,27 ponto percentual).

Em resumo:

- apenas o conjunto dos Municípios de 2 Estados apresentaram aumento na participação dos servidores estatutários: São Paulo (1,33 ponto percentual) e Acre (0,94 ponto percentual);
- os Municípios de 12 Estados apresentaram aumento na participação dos servidores celetistas: Tocantins (5,51 pontos percentuais), Mato Grosso (5,10 pontos percentuais), Maranhão (4,17 pontos percentuais), Espírito Santo (2,2 pontos percentuais), Pará (1,62 ponto percentual), Alagoas (1,29 ponto percentual), Paraná (1,24 ponto percentual), Ceará (1,09 ponto percentual), Bahia (0,40 ponto percentual), Rio Grande do Norte (0,13 ponto percentual), Amapá (0,12 ponto percentual), e Rondônia (0,06 ponto percentual).
- Os Municípios de 2 Estados apresentaram redução na participação dos servidores sem vínculo: Mato Grosso (1,57 ponto percentual) e Paraná (0,46 ponto percentual).
- Os Municípios de 2 Estados apresentaram redução na participação dos servidores comissionados: São Paulo (0,93 ponto percentual) e Tocantins (0,57 ponto percentual).
- Os Municípios de 2 Estados apresentaram redução na participação dos servidores estagiários: Amazonas (0,46 ponto percentual), Acre (0,45 ponto percentual) e Amapá (0,02 ponto percentual).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros – 2015**. (MUNIC 2013). IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016

----- **Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros – 2023**. (MUNIC 2013). IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2024.

François E. J de Bremaeker

- Economista e Geógrafo
- Gestor do Observatório de Informações Municipais desde 2013
- Membro do Núcleo de Estudos Urbanos do Conselho de Política Urbana da Associação Comercial de São Paulo (inativo temporariamente)
- Foi membro do Conselho Municipal do Ambiente de Paraíba do Sul (RJ), entre 2010 e 2019, sendo eleito Presidente entre 2012 e 2019
- Foi assessor técnico do Instituto Brasileiro de Assistência social Municipal por 38 anos, de 1971 a 2008 (aposentado)
- Foi consultor da Associação Transparência Municipal de agosto de 2008 a outubro de 2013
- Consultor da Associação Brasileira de Câmaras Municipais (ABRACAM)
- Consultor da Associação Brasileira de Prefeituras (ABRAP)
- Consultor-palestrante da Oficina Municipal
- Sócio Benemérito da Associação Brasileira de Servidores de Câmaras Municipais, recebendo os prêmios de DESTAQUE ABRASCAM em 2002 pelo trabalho em prol dos legislativos municipais e em 2003, pelo trabalho desenvolvido em defesa do Serviço Público Municipal
- É colunista da Revista Painel de Compras Municipais
- Foi articulista da Revista Correio dos Estados e Municípios
- Foi articulista do Jornal do Interior, da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP)
- Tem artigos publicados em diversos veículos de comunicação e sítios na Internet
- Foi membro da Rede de Diálogo do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES-PR), representando a Associação Transparência Municipal
- Participou em reunião do Fórum sobre Federalismo do Comitê de Articulação Federativa da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (CAF/SRI-PR)
- Foi membro do extinto Conselho de Desenvolvimento das Cidades da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (FECOMERCIO-SP) e jurado do 2º Prêmio de Sustentabilidade
- Foi Membro do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Paraíba do Sul (RJ) de 2010 a 2012, quando o Conselho foi desativado
- Foi Conselheiro-suplente do Fórum de Consórcios e do Federalismo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), representando a Associação Transparência Municipal